

CIDADES TEMPORÁRIAS¹

Fernando Freitas Fuão²

Prudência. É preciso deixar sentar a poeira, baixarem as águas, até para pensar e pesar.

Diante das possibilidades cogitadas para a solução futura da crise ambiental que acometeu Porto Alegre, Canoas e outras cidades do interior do Rio Grande do Sul, todas elas são de caráter monumental, de alto investimento e, algumas, de alta irresponsabilidade. Diria, antecipadamente, tão catastróficas ou mais que a inundação. Refiro-me às políticas de evacuação e abandono que se acenam na internet – de bairros inteiros de Porto Alegre, do *Mathias Velho* em Canoas, da cidade de Eldorado do Sul – e à correspondente reconstrução dessas cidades e bairros em outros lugares.

Vou tomar aqui o exemplo hipotético do Bairro Mathias Velho em Canoas, exatamente pelos boatos que fluem na internet, mas que não são verdadeiros até o momento. Esse gigantesco contingente humano (22 mil pessoas em Canoas e 10 mil em Porto Alegre) saindo de suas casas já constituiu uma tragédia nunca vista antes no Brasil. Abandonar suas casas, seus tetos, seu chão é algo extremamente doloroso. Todas essas pessoas querem voltar o mais rápido possível para seus lares, mesmo que tenham perdido ‘tudo’ que estava lá dentro. Mas esse ‘tudo’, na realidade, não é tudo; é real, mas também uma força de expressão.

Da casa, restam ainda as paredes, a carcaça. Pouco? Sim, porém, quando baixarem as águas pode ser muito; essas casas estão cheias de esperança e são passíveis de acolhimento quando secarem. Em cada tijolo assentado de cada casa, há muito trabalho, muito sacrifício despendido para sua construção. Cada centímetro que a água ocupou não é um centímetro qualquer, é um ‘sentímetro’ que nenhuma baliza consegue medir.

Mathias Velho é um desses lugares que foi ocupado por pessoas sem moradia na década de 1970-80. Muitos hoje já nasceram ali e até constituíram novas famílias. Ao longo desses anos, as ruas, no seu cotidiano, foram impregnando-se de relações de vizinhança, construindo amizades, memórias; tornaram-se vivas e até conflituosas. Ainda assim, é o ‘lugar’. Nem mesmo as águas conseguiram arrastar as memórias impregnadas nas paredes e nas ruas. Toma-se aqui o exemplo do bairro Mathias Velho pelas tristes e angustiantes imagens que presenciamos esses dias, e que agora fazem parte do nosso imaginário. Mathias Velho porque também é exemplo para demonstrar a indissolubilidade entre homem e casa. Ciente de que não irão para uma Cidade Temporária; entretanto, não se pode garantir que isso não acontecerá a outras populações vítimas das enchentes.

A maioria das pessoas, inclusive muitos políticos, desconhece a formação do bairro Mathias Velho. Uma ocupação urbana oriunda do Movimento Comunitário entre os anos 1975 e 1988, viabilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de luta pela moradia, voltada para as pessoas que não paravam de chegar a Porto Alegre,

vítimas do Êxodo Rural, e não tinham onde morar. O finado Irmão Antônio Cechin e sua irmã Matilde, entre outros atores importantes, protagonizaram essa ocupação e a construção junto às CEBs. O bairro Mathias Velho está numa zona de risco, era uma fazenda de gado e de plantio de arroz de um militar; um banhado, nada apropriado para residências devido às constantes cheias do Rio dos Sinos, que só diminuiriam no final dos anos 60 quando foi construído o dique. São esses lugares que sempre restam, de Norte a Sul do País, para os pobres. O restolho.

Vamos à questão central que agita as redes e as mídias: a questão física estrutural material da casa, a perda da casa. O fato subjacente mais relevante – porém, não visível – é uma poderosa e profunda estrutura maior que a casa que mantém a vida dessas pessoas: trata-se da estruturação social do bairro que acaba se confundindo com a própria estruturação urbana e de seu dia a dia. Manifesta-se no vai e vem da escola, da creche, do comércio, do hospital, do Pronto Socorro, da Universidade, na correria para pegar o Metrô (Trensurb).

Geralmente, tendemos a observar o aspecto material físico da cidade, sem perceber a infinidade de relações que se dá num simples andar de um lugar a outro; não as percebemos porque estamos mergulhados nessas relações. Isso chamamos de cotidiano, rotina, hábito; o mesmo de hábito do habitar, o fator que estabiliza e estrutura o tempo e a vida, as memórias de uma comunidade, o tempo de cada um, o ritmo. O cotidiano é o que também organiza a *psique* de seus moradores, e é tão vital como o ar para que as pessoas estabeleçam a relação de espaço-tempo, ‘passado-presente-futuro’. Alterar essa estrutura é desestruturar a questão espaço-tempo, retirar o chão, permitir o deslizamento.

Por serem intangíveis, nem mesmo as águas conseguiram levar as memórias – elas estão lá, submersas junto à casa física, não mortas, só aguardando. Se as águas são o que mantêm essas memórias vivas lá, não quer dizer que os políticos gananciosos não possam destruí-las de um momento para outro, com um simples ato inconsequente, tal como a construção de Cidades Temporárias.

A população abrigada permanece em estado de choque, vivendo há mais de três semanas em pequenos abrigos improvisados, sem eira nem beira. Alguns políticos querem que essas pessoas se desloquem mais uma vez, agora para uma cidade abrigo a ser construída. Se a enchente constituiu um trauma, o novo deslocamento será uma erosão psicológica; e, novamente, não haverá balizas para medir os seus níveis.

Não se pode acabar com a esperança do retorno à casa. Voltar a sua casa é um imperativo, assim como relutar em abandoná-la, algo análogo a abandonar a existência. Alguns pagaram um forte preço pela decisão de ficar. A relação casa e morador é uma relação existencial de que nem a filosofia conseguiu dar conta. É essa possibilidade de retorno à casa, e não o retorno das águas, que têm alimentado a sobrevivência dessas pessoas nos abrigos, somada à gigantesca solidariedade vinda de fora. Essas pessoas têm o desejo de retornar ao seu aninhamento, aos velhos hábitos e à rotina. Deixar as águas baixarem, retirar o barro do bairro, e voltar.

A ideia de Cidades Temporárias funciona muito bem para poucos dias e ambientes festivos como o *Burning Man* (contém ironia). As vítimas das guerras e das catástrofes atestam o contrário: quando estão em campos de refugiados, só há pobreza, fome e miséria, e a desesperança campeia solta no cercamento. Até as relações de amizade são temporárias. Então, o que fazer com um bairro, uma cidade quando se resolve abandoná-la? Fechá-la, cercá-la, deixar virar fantasma? Ululante que seria ocupada novamente em poucos dias por novos moradores. Destruí-la? Seria um ato insano num País onde milhares de pessoas ainda seguem sem moradia.

¹ Texto publicado originalmente no Jornal Sul21, edição de 19 de maio de 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2024/05/cidades-temporarias-por-fernando-freitas-fuao/>

² Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande Sul. Pesquisador do CNPq, desde 1992 estudando Galpões de Reciclagem e as Ocupações no Centro de Porto Alegre. Sua prática extensionista é voltada para os moradores de rua e catadores.

A idéia do ‘novo normal’ é tudo de que o capitalismo e o fascismo precisam. Temos que entender que todos os problemas anteriores da Mathias Velho, ou de qualquer bairro alagado da Zona Norte de Porto Alegre, não ficarão para trás; irão agora para um espaço literalmente de confinamento por alguns anos até a finalização das casas novas. Os problemas estão mais nas pessoas do que nas casas. Em Porto Alegre, a remoção e realocação tem sido a política predileta dos políticos, coroada exemplarmente pelas obras para os preparativos da Copa do Mundo de 2014. Nos sobra *expertise* para arruinar vidas e bairros quando a temática é essa. Dez anos depois, muitas das realocações seguem sem se efetivar; e as obras continuam, como na Moeb Caldas e na Vila Tronco. Esses deslocamentos nunca são satisfatórios quando se trata de fazer justiça ao valor equivalente da antiga casa e da nova. Não há também uma equivalência nas relações interpessoais construídas ao longo de anos; cada casa é diferente da outra, cada uma tem sua identidade.

Certamente, o modelo habitacional definitivo para as novas casas será o de sempre: casas grudadas umas nas outras, porta e janela, para maximizar o custo de terreno e infraestrutura; ou blocos de apartamentos de quatro pavimentos isolados uns dos outros. Nenhum deles deu certo e somente estimularam mais violência. Para manter essa *Cidade Instantânea*, será necessário um forte regime disciplinar e de controle: horários de entrada à noite, de uso dos banheiros coletivos, horários de silêncio. Atuará toda a disciplina militar para que possa ser viabilizada. Há críticos que já alegam que o tráfico comandará essa cidade, ou as milícias. Não haverá cenário paradisíaco, nem praça nem jardim.

O que se verá é o mesmo de experiências anteriores: crianças brincando com os cachorros na terra empoeirada do verão, na lama do inverno. A maioria das pessoas não tem noção do que seja uma cidade desse tipo e da extensão que pode vir a ocupar. Sua aparência deverá se assemelhar a um grande acampamento militar de guerra, com barracas e/ou *containers* e grandes tendas. Quiçá, com sorte, terá pequenos habitáculos de painéis de *mdf* ou similar, simulando mini casas. No verão, essa cidadela se tornará um verdadeiro inferno, e no inverno algo glacial. Cabe a pergunta: quanto tempo pode suportar um idoso, uma criança com deficiência e seus pais num abrigo desse tipo?

Uma espécie de delírio alucinatório das águas tomou conta de tudo e da cabeça de todos, desde a ideia de Cidades Temporárias até as propostas de micro acampamentos para os flagelados, ocupando praças e parques em barracas, como abrigos temporários espalhados pela cidade. Tudo parece surreal, até as ideias parecem ter se afogado, e as soluções boiam nas redes como lixo sobre as águas; tudo parece deslocado do tempo e do contexto. Vivemos no Sul do Brasil e, dentro de três semanas, ingressaremos no inverno – talvez um dos invernos mais rigorosos que teremos de atravessar. Viver em barracas, em situação precária, é quase um suicídio para os idosos, crianças e recém-nascidos, e pessoas com deficiência.

Seria mais fácil e mais econômico fornecer, de imediato, assim que baixarem as águas, um recurso para cada família comprar: material e ferramentas para limpeza, fogão, geladeira, estufa, televisão, um notebook para os estudantes, custo que não chegaria a R\$ 10.000,00. Se alguém quiser assim, existe essa possibilidade. Uma vez dentro de suas casas, poderia haver a solicitação de auxílio reforma, em que os itens seriam: tintas para pintura, material para reboco, revestimentos cerâmicos, substituição e reparos de aberturas, e para rede elétrica. Cada morador saberia o que demandar de auxílio e poderia pagar com subsídios dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Enquanto isso, se efetivam as obras vitais de contenção das águas com tecnologias adequadas e atualizadas. Uma alternativa proposta – extremamente bem-vinda – é a ocupação e o uso de prédios desocupados dos entes Federais, Estaduais e Municipais.

Voltar para casa, reconstruir e remobiliar o que restou, a paz de estar dentro de casa no estado que tiver. Como se diz: preciso dormir essa noite em casa, ‘na minha cama’, mesmo que seja só um colchão usado no chão. Essa casa sem sentido, esvaziada como um corpo sem órgãos, ainda é a casa de cada um. Literalmente uma querência, o lugar sempre de voltar, mesmo que não passe de uma carcaça. Ali é o lugar onde se fixa e se estabelece, se ordena a vida e a *psique*; o lugar onde começa a orientação da vida. A casa é ponto de partida e de chegada de todos os trajetos possíveis na vida, ela não só dá proteção, como estabiliza. O lugar onde se carrega as baterias para o dia seguinte, como se diz correntemente.

É preciso ajuda econômica para isso, bem menos do que irão gastar com os projetos megalomaniacos de acampamentos, eufemisticamente chamados de Cidades Temporárias. Quiçá, muito menos que com a inclusão no Plano Minha Casa Minha Vida, nas mãos da CEF. Medida emergencial e necessária, mas certamente quem lucrará serão as Construtoras – talvez nem daqui. A Alvarez & Marsal já está em prontidão, aquela envolta nas águas da corrupção do Sergio Moro e da ‘Lava Jato’. Nesse momento, é preciso atenção: há uma ‘indústria da desgraça’ montada sobre a infelicidade dos outros; não somente os saqueadores, também as grandes Construtoras internacionais especialistas em reconstruções de pós-guerra e cataclismos.

O alerta já foi dado há anos pelos ambientalistas. Agora, é preciso recuar e reaprender com a natureza, adaptar-se a seus ciclos e anomalias. Veneza, por exemplo, até os dias de hoje sofre alagamentos, e nem por isso resolveram abandonar a cidade. Há centenas de anos, tiveram essa oportunidade, mas não o fizeram; cientes das cotas de inundação, deixaram pisos intermediários em suas casas de três e quatro pavimentos sem nada, apenas para atracação de barcos e à espera da chegada das águas. Não é preciso ir longe, temos a riqueza de soluções das populações ribeirinhas da Amazônia. Por exemplo: a cidade de *Iquitos* no Peru, com suas palafitas e barcos, vivendo em harmonia com o ciclo das águas dos rios Amazonas e Maranhão. O manancial de soluções adaptativas é gigantesco, podemos encontrar aqui mesmo no Estado. Todas essas culturas aceitaram a natureza e organizaram-se para viver de acordo com ela. E, a partir dessa aceitação, se criou a diferença, tornando-as especiais.

A barragem, o dique do Mathias Velho e o muro Mauá funcionaram e não funcionaram simultaneamente. Funcionaram porque retardaram em algumas horas o avanço da água dentro da cidade, evitando um desastre maior. Em Porto Alegre, não funcionou pelo total descaso da Prefeitura, há anos, em fazer a manutenção e renovar totalmente o sistema de defesa. Em Canoas, o dique deveria ser cinco metros mais alto que o atual. O muro e o dique são alternativas viáveis, desde que acompanhadas de um sistema satisfatório de casas de bombeamento e outras questões técnicas necessárias. Os atuais sistemas de defesa e imunidade devem ser urgentemente atualizados.

Há muitas possibilidades também de pequena envergadura. No Mathias Velho, por exemplo, poderiam ser criadas estruturas refúgio elevadas a 10-12 metros de altura, para onde as pessoas pudessem se dirigir em eventual catástrofe; simultaneamente, seriam Centros Sociais e de Cultura. Outra possibilidade é treinar a população para deslocar seus móveis para o pavimento superior da casa, se houver essa possibilidade, uma prática já recorrente no bairro. Talvez, fornecer subsídios para criar pequenos refúgios externos elevados para a colocação dos móveis.

Fundamental é planejar, projetar, prever soluções, despejar recursos na Defesa Civil e na Crise Ambiental. Essa é a realidade e já passamos do ponto de inflexão de retorno adequado. O deslocamento de cidades, de bairros inteiros, populações, tem tudo para dar errado – e, infelizmente, em algumas cidades do Rio Grande do Sul, talvez não reste outra solução.

É preciso pesar e pensar bem. Certamente, a prudência e a vivência do Prefeito Jairo Jorge, de Canoas, não cogitará qualquer remoção; ao contrário, sua expectativa é de elevar ainda mais o dique, para 7 metros. Talvez, sempre um talvez quando se evoca a prudência, aprendendo um pouco com o Ir. Antonio Cechin, a Matilde e as suas pequenas grandes obras, que podem ainda nos dizer algo: organizar e construir, dia a dia, a vida dessas populações miseráveis nos momentos em que não tinham nada, absolutamente nada. Quando criaram o Clube de Mães, no intervalo da confecção dos acolchoados de trapos, lia-se um texto bíblico, fazia-se o trabalho de conscientização política da Teologia da Libertação, enquanto se produzia os aconchegantes que aqueciam o inverno úmido e molhado. Elas agasalhavam também os sonhos e as lutas constantes que deveriam ser travadas ainda. E, assim, se fez o Mathias Velho do nada em seus primeiros tempos.